



Reitor da USP propõe que ex-aluno preste ‘serviço à sociedade’

Em reunião, dirigente defendeu contrapartidas de graduados ao ensino gratuito recebido na universidade

Considerada tabu entre acadêmicos, proposta surge em contexto de mudança do estatuto; ainda não há detalhes

FÁBIO TAKAHASHI
DE SÃO PAULO

Um tema tabu no meio acadêmico brasileiro foi colocado em discussão pelo reitor da USP, Marco Antonio Zago: a imposição de um “serviço à sociedade” aos formados na universidade, como contrapartida pelo ensino recebido em instituição pública. Zago apresentou a proposta em reunião do Conselho Universitário da USP em novembro, mas a ata só foi divulgada recentemente.

Neste momento, a universidade recebe propostas de seus membros para alterar seu estatuto.

Para o reitor, essa é a oportunidade de analisar aspectos de financiamento e de gestão, “que exigem mudanças e novo pacto da universidade com a sociedade”.

“Não faz parte das propostas da atual reitoria considerar o pagamento por parte dos alunos mais abastados, mas a compensação pela oportunidade de estudar em uma universidade pública, garantindo uma vantagem competitiva na vida profissional, poderia ser considerada para todos os ex-alunos da USP na forma de serviços à sociedade”, afirmou Zago durante a reunião.

Ele não detalhou como a medida poderia ser aplicada —se, por exemplo, será exigido que um médico trabalhe por um período no SUS ou que um advogado defenda pessoas de baixa renda.

A **Folha** questionou o reitor sobre a ideia desde terça (13), mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

‘FAZER O MELHOR’

No Brasil, os formados em universidades públicas não são obrigados a dar contrapartida por terem estudado gratuitamente.

Durante a reunião, o reitor afirmou que “a mais bem-sucedida universidade da América Latina não pode promover uma mudança de estrutura olhando apenas para suas congêneres nacionais”.

Anualmente, cerca de 7500 estudantes se formam na graduação da USP. Em 2013, foram 428 em direito (Largo São Francisco); 218 em

administração (FEA); e 164 na medicina (Pinheiros).

Zago destacou que a universidade recebe do Estado o equivalente a R\$ 47 mil por ano por aluno —e que precisa discutir se está fazendo “o máximo e o melhor para atender a sociedade”.

Aspectos como serviço social obrigatório aos formados em universidades públicas (que impõe o trabalho por prazo determinado) ou pagamento de imposto mais alto a esses egressos têm sido discutidos fora da universidade.

Há no Congresso, por exemplo, projetos em tramitação com esse teor.

DIFICULDADE

Três ex-dirigentes de universidades públicas paulistas que conversaram com a **Folha** se disseram surpresos com o fato de o tema ter sido levantado pelo próprio reitor.

Para eles, a chance de a proposta prosperar é pequena, tanto pelo perfil dos acadêmicos, tido como “conservador”, como pela dificuldade na execução da ideia.

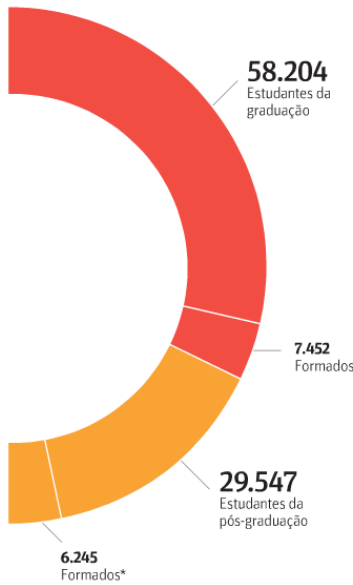
Também há dúvidas jurídicas sobre a mudança (leia nesta página).

“Não vejo nada de mais em se pedir um retorno em alguma ação social daqueles que estudam ou estudaram em instituições de ensino superior públicas e gratuitas”, afirma o ex-reitor da USP Roberto Lobo.

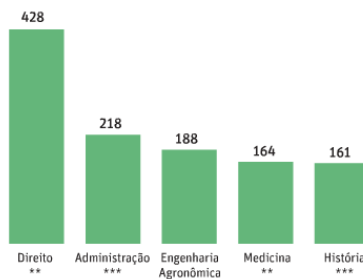
“O problema é como verificar a atividade e o que aconteceria com quem se recusar [a fazê-la] ou abandoná-la.”

A USP EM NÚMEROS

Dados de 2013



CURSOS QUE MAIS FORMARAM EM 2013



2,5%

é o percentual de formados no ensino médio que a USP atende por ano no vestibular

R\$ 47 mil

é quanto a USP recebe anualmente, por aluno, do governo estadual

* Títulos outorgados ** 56 da capital paulista *** Bacharelado
Fonte: Anuário Estatístico da USP 2014 e reitoria

“[...] A compensação pela oportunidade de estudar em uma universidade pública [...] poderia ser considerada para todos os ex-alunos da USP na forma de serviços à sociedade

MARCO ANTONIO ZAGO
reitor da USP, durante reunião do Conselho Universitário em novembro